

## Educação e trabalho: Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932)

**Antonio Wherbty Ribeiro Nogueira<sup>i</sup>** 

Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, CE, Brasil

**Edilene Ferreira de Sena<sup>ii</sup>** 

Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, CE, Brasil

**Luís Távora Furtado Ribeiro<sup>iii</sup>** 

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

1

### Resumo

Este estudo analisa a relação trabalho e educação no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932. Para tanto, parte de uma análise documental do Manifesto de 1932 em diálogo com as contribuições de autores como Saviani (1994) e Ciavatta (2009), sobre o trabalho como princípio educativo, a fim de perceber traços dessa relação na definição das finalidades da educação nacional frente ao contexto sócio-político da época. Isto posto, conclui que o trabalho como princípio educativo, embora não seja predominante, está presente no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, sob o viés da formação humana alinhada as demandas da sociedade capitalista em crise.

**Palavras-chave:** Trabalho. Educação. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932.

### Education and Work: Manifesto of the Pioneers of New Education (1932)

#### Abstract

This study analyzes the relationship between work and education in the Manifesto of the Pioneers of New Education of 1932. For that, it starts from a documentary analysis of the 1932 Manifesto in dialogue with the contributions of authors such as Saviani (1994) and Ciavatta (2009) about work as an educational principle to perceive traces of this relationship in defining the goals of national education front to the sociopolitical context of the time. That said, it concludes that work as an educational principle, although not predominant, is present in the Manifesto of the Pioneers of New Education of 1932, under the bias of human formation lined the demands of capitalist society in crisis

**Keywords:** Work. Education. Manifesto of the Pioneers of New Education of 1932.

## 1 Introdução

É certo que não podemos definir a educação como uma ciência exata, estanque e atemporal. De fato, a educação é dinâmica, múltipla e histórica, dado

que seus processos se modificam ao longo do tempo e do espaço, a fim de que se garanta, antes de mais nada, a própria humanidade nos diferentes modos de se viver.

A educação é uma ação humanizadora. Assim sendo, assume um papel central na reprodução do homem enquanto ser social, ou seja, como aquele que age conscientemente sobre a natureza para garantir sua sobrevivência, de diferentes modos historicamente constituídos.

Para Engels (1986, p. 19) aquilo que define o homem como ser social, isto é, para além do mundo do natural, é o trabalho, pois “a natureza proporciona os materiais que o trabalho a transforma em riqueza.” Nesse processo, o trabalho torna-se a forma como os homens respondem as suas necessidades individuais e coletivas, numa cadeia que cria novas necessidades: de instrumentos, procedimentos, ferramentas, comunicação; que por sua vez levaram ao advento da ciência, tecnologia, arte e linguagem (BORGES, 2017).

Se o trabalho é quem humaniza, e o trabalho não é biológico, ou seja, intrínseco à natureza humana, torna-se uma ação a ser ensinada e aprendida. Se é ensinado, pertence à educação, ou melhor, pertence às *educações*. Logo, a escola, como um tipo de educação, também deve ser considerada um espaço de humanização.

À medida que o processo de desenvolvimento social avança do comunismo primitivo para o capitalismo, o trabalho passou a ser considerado um princípio educativo, um fundamento que determina a racionalidade dos processos educacionais. Desse modo, a relação entre trabalho e educação configura-se onde prevalece o “caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano” (CIAVATTA, 2009, p. 01).

Entretanto, se considerarmos o trabalho dentro da sociedade moderna perceberemos que os modos de produção dos meios de existência assumem contornos desenhados de modo desiguais e contraditórios na sociedade do capital. Esta, caracteriza-se pela apropriação privada dos meios e do tempo de produção do trabalhador, que negocia sua força de trabalho com o empresariado em troca de um

salário desproporcional ao tempo de trabalho excedente. O trabalho neste cenário colabora em grande medida para o que Marx (2004) classificou como um processo de alienação, de separação do homem do seu próprio fazer(se) humano. Com efeito, os vínculos entre a educação e o trabalho numa perspectiva humanizadora na sociedade moderna e contemporânea assumem contorno utópicos e desconexos.

Assim, motivados pela afirmação de Mészáros (2015, p. 17) que diz: “digam-se onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação”, no âmbito das discussões acerca do panorama da realidade educacional brasileira, e tendo como marco temporal os anos de 1930, buscaremos analisar a relação entre a escola e o trabalho presentes no Manifesto do Pioneiros da Educação Nova de 1932.

3

## 2 Metodologia

No âmbito metodológico, trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, que parte da revisão bibliográfica de alguns referenciais teóricos que tratam do desenvolvimento histórico da relação trabalho e escola, como os de Saviani (1994); seguido da análise documental do Manifesto do Pioneiros da Educação Nova de 1932 (AZEVEDO, 2010), a fim de perceber traços dessa relação na definição das finalidades da educação nacional frente ao contexto sócio-político da época.

Desse modo, configura-se como uma discussão teórica dentro do materialismo histórico dialético, por considerar o trabalho como produtor da vida em seus aspectos materiais e culturais (MARX; ENGELS, 1979), e o fenômeno educativo em si parte de um todo amplo e complexo, não cognoscível para o homem apenas por meio de seus sentidos, mas sim, através de um processo dialético de síntese entre suas múltiplas determinações (KOSIK, 2010).

## 3 Resultados e Discussões

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 compreende um marco importante na história da educação brasileira como um dos principais

instrumentos difusores do movimento da Escola Nova no país (RIBEIRO, 2011). Isto foi somado a um profundo espírito republicano de organização da educação pública como direito de todos e como questão *sine qua non*<sup>1</sup> do processo de modernização do Estado brasileiro no início do século XX.

O debate sobre o problema escolarização surge da ideia de que a educação teria o “poder de moldar a sociedade a partir da formação das mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e participação” (SCHWARTZMAN, et. Al., 1984, p. 01). Nesse sentido, o Manifesto de 1932 traduz o desejo de uma renovação no campo educacional movido por um profundo entusiasmo, pela educação e otimismo pedagógico germinado ainda nos anos de 1920, e caracterizado pela crença na escolarização das camadas populares como um instrumento decisivo na formação de um novo homem e de uma nova sociedade (NAGLE, 1974). Podemos comprovar isso nas primeiras linhas do próprio documento onde lê-se que:

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade o da educação [...] é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade (AZEVEDO, 2010, p.33).

Decorre desse entusiasmo amplas discussões sobre as reformas na escolarização, tendo como objetivo modificar os padrões de ensino e cultura das unidades escolares ainda ligados a uma abordagem tradicionalista de educação.

As tensões entre diferentes grupos sociais pelo protagonismo no processo de estruturação da educação no Brasil, como a Igreja Católica e grupos de intelectuais e educadores, que beberam da fonte do escolanovismo, como Lourenço Filho, Francisco de Azevedo e Anísio Teixeira, estavam inseridos no contexto mais amplo da Revolução de 1930 liderada por Getúlio Vargas. Este período foi marcado, num primeiro momento, pela politização da educação, seguido de uma transição das questões educacionais do campo da política para o campo da educação como um objeto científico.

---

<sup>1</sup> Expressão originada do Latim que significa algo essencial, indispensável.

Nesse sentido, o Manifesto de 1932 esclarece “questões relevantes acerca da montagem do sistema público de ensino no Brasil, da ação dos intelectuais e de sua inserção junto ao Estado Republicado que se consolidava” (XAVIER, 2004, p.02). Logo, estudar o Manifesto é um esforço fundamental para compreensão dos processos de construção de uma identidade educacional brasileira e do papel desempenhado pelo Estado na condução das políticas públicas nacionais.

5

Como confirmação do exposto, temos o Projeto Político Pedagógico (PPP), que no parecer de Xavier (2004, p. 15) o Manifesto de 1932 pode ser considerado um instrumento norteador de superação da “crise de valores, crise social, moral e intelectual de uma civilização em movimento e em mudança”. Nesse contexto, o documento disputava espaço no debate público com os católicos que consideravam os problemas sociais como uma questão espiritual, isto é, que a reforma moral da sociedade ocorreria apenas por meio da fé e do cultivo dos valores cristãos.

Na concepção dos pioneiros, fazia-se necessário que os processos educacionais fossem capazes de oferecer aos homens uma “educação científica do espírito” que os conduzissem racionalmente às soluções dos problemas sociais (XAVIER, 2004, p. 15). Tornava-se urgente que os sujeitos adquirissem referências mais racionais para interpretar a realidade e compreender suas vidas individuais e coletivas, distante das determinações sobrenaturais e dogmáticas impostas pela Igreja Católica, e sendo mais próximas das transformações promovidas pelo avanço científico e tecnológico.

Há nesse sentido um esforço em mudar, antes de mais nada, a mentalidade dos homens por meio de uma renovação educacional a partir de uma adequação dos sistemas educacionais às transformações sociais localizadas no campo das ciências e da tecnologia e sua aplicação à vida cotidiana. A escola seria, portanto, um espaço para a “formação de homens capazes de dar continuidade ao processo de modernização em curso” (XAVIER, 2004, p. 16).

Diz o Manifesto que:

A escola socializada, reconstituída sobre a base da atividade e da produção, em que se considera o trabalho como a melhor maneira de estudar a realidade em geral (aquisição ativa da cultura) e a melhor maneira

de estudar o trabalho em si mesmo, como fundamento da sociedade humana, se organizou para remontar a corrente e restabelecer, entre os homens, o espírito de disciplina, solidariedade e cooperação, por uma profunda obra social que ultrapassa largamente o quadro estreito dos interesses de classes (AZEVEDO, 2010, p. 41).

6

Numa primeira análise, parece-nos que a intenção do Manifesto de 1932 é tornar o trabalho um princípio educativo norteador para mudança de mentalidade dos indivíduos diante da passagem do eixo de produção do campo para a cidade, da agricultura para a indústria. O trabalho aqui é considerado a base da formação moral dos sujeitos e também “o único método susceptível de fazer *homens cultivados e úteis* sob todos os aspectos” e a “melhor maneira de estudar a realidade em geral (aquisição ativa da cultura)” (AZEVEDO, 2010, p. 41, grifo nosso).

O trabalho, a solidariedade social e a cooperação, em que repousa a ampla utilidade das experiências; a consciência social que nos leva a compreender as necessidades do indivíduo através das da comunidade e o espírito de justiça de renúncia e de disciplina, não são, aliás, grandes “valores permanentes” que elevam a alma, enobrecem o coração e fortificam a vontade, dando expressão e valor a vida humana? (AZEVEDO, 2010, p. 42).

Fundamentado na concepção escolanovista, o Manifesto de 1932 buscou “organizar a escola como meio de propriamente social para tirá-la das abstrações e impregná-la da vida em todas as suas manifestações” (SAVIANI, 2019, p. 245), saindo do tumultuado campo das ideias vagas e desconexas para o campo da ciência e da intervenção racional da realidade. Grosso modo, a intenção era tornar a educação mais próxima do fenômeno social por meio de um ensino mais pragmático e técnico-científico.

Nesse aspecto, o papel da educação tornava-se o de modelador dos jovens espíritos em função de uma concepção racional da sociedade. Esse processo inaugurou uma hierarquia das capacidades (posteriormente definidas como competências), baseada nas aptidões biológicas dos indivíduos de compreender a diversidade, as inovações e as descobertas que caracterizam seu tempo (XAVIER, 2004).

O discurso presente no Manifesto de 1932 torna-se conveniente ao projeto de desenvolvimento social nacional alinhado ao capital de fora. O crescimento da indústria reflete o domínio da cidade sobre a economia agroexportadora nacional. Com as relações sociais determinadas pelo modo de produção fabril e pelo modo de vida na cidade, surge como demanda a generalização das funções intelectuais e a objetivação de operações abstratas (SAVIANI, 1994), isto é, a incorporação de procedimentos formais à vida social, o distanciamento da naturalidade das relações e emergência de relações entre os indivíduos pautadas no pragmatismo e no utilitarismo dos processos de produção das fábricas e da vida urbana.

A escola é novamente convocada a contribuir com a generalização desses aspectos a fim de instruir os filhos das classes trabalhadoras nos códigos formais da vida urbana e a capacitá-los para integrar os processos produtivos por meio da universalização da educação básica.

Em subsequência, no item dedicado às bases psicobiológicas da educação, o Manifesto de 1932 considera os conceitos e fundamentos da Escola Nova como definidores do complexo educativo. Com efeito, ocorre o reducionismo da educação aos aspectos biológicos e psicológicos. Há nesta concepção a ênfase no ensino como uma atividade que ocorre “de dentro para fora, transferindo para a criança e para o respeito a sua personalidade o eixo da escola e o centro da gravidade do problema da educação” (SAVIANI, 2019, p. 247). Rejeita, por tanto, a passividade e o intelectualismo presentes na perspectiva tradicional e considera a atividade “espontânea, alegre e fecunda” como base da atividade educativa com a intenção de atender aos interesses do educando (AZEVEDO, 2010, p. 49).

Assim sendo, a escola deve abandonar seu papel de aparelho formal distante do meio social para ocupar um lugar vivo, como espelho da comunidade, capaz de inserir as crianças e os jovens dentro do ambiente que os rodeia.

*Mas, se a escola deve ser uma comunidade em miniatura, e se em toda a comunidade as atividades manuais, motoras ou construtoras “constituem as funções predominantes da vida”, é natural que ela inicie os alunos nessas atividades, pondo-os em contato com o ambiente e com a vida ativa que os rodeia, para que eles possam, desta forma, possuí-la, apreciá-la e senti-la de acordo com as aptidões e possibilidades. “A vida da sociedade, observou*

Paulsen, se modifica em função da sua economia, e a energia individual e coletiva se manifesta pela sua produção material” (AZEVEDO, 2010, p. 50, grifo nosso).

Partindo desta lógica, a concepção escolanovista defendida pelos signatários do Manifesto de 1932 propõem que a escola seja reorganizada tomando o trabalho como elemento formador dos educandos, com o intuito de fazê-los “penetrar na corrente do progresso material e espiritual da sociedade de que provier e em que vai viver e lutar” (AZEVEDO, 2010, p. 51). Também nessa postura, “A nova política educacional deverá romper com a formação excessivamente literária, imprimindo à nossa cultura um caráter eminentemente científico e técnico e vinculando a escola ao meio social produtivo” (SAVIANI, 2019, p. 248).

Aqui, fica claro a tomada de posição do trabalho como elo de ligação entre a escola e a sociedade. Porém, este elo parece determinado mais pela necessidade de preparar os futuros trabalhadores para ocuparem seu lugar nos setores produtivos frente ao desenvolvimento econômico, do que de fato pelo entendimento do trabalho como o processo de humanização, como “*práxis humana*” (BORGES, 2017, p. 105).

A pena de enfatizar os aspectos científicos e técnicos na escola em detrimento da formação literária e academicista está na perda do elo entre as novas gerações e o conhecimento produzido historicamente pelos homens, bem como o deslocamento de uma perspectiva de uma formação politécnica, isto é, de formação humana em todos seus aspectos: físico, mental, intelectual, prático, laboral, estético, político (CIAVATTA, 2009), para uma educação pragmática e utilitarista determinada pelas demandas socioeconômicas.

Se o trabalho é quem humaniza o homem através das suas relações com a natureza, a partir das suas necessidades ao longo da história, ele não é algo biológico, logo, não é natural do homem. É, por tanto, ensinado e aprendido. Sendo assim, os espaços onde ele é adquirido também se tornam lugares de humanização, de ensino da cultura. Todavia, esses espaços, em especial a instituição escolar tem sido reduzida, junto a categoria do trabalho, a um sentido histórico, isto é, como um

lugar de formação para o mercado alheio as contradições próprias da sociedade capitalista.

#### 4 Considerações finais

O legado do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova 1932 é indiscutível, seja em termos positivos ou negativos. Aqui destacamos em seu texto a relação entre educação e trabalho, a partir de um diálogo com os autores anunciados. Dito isto, constatou-se que tal relação permanece marcada por profundas contradições que se confundem com a história da sociedade brasileira.

À medida que o homem modifica a natureza, modifica a si mesmo e ao modo como vive com seus iguais. O salto ontológico do ser social definido por György Lukács (2018) foi acompanhado de saltos irreversíveis na forma como o homem produziu sua sobrevivência e sua existência, o que não poupou os processos educacionais de também promoverem saltos (ou quedas?).

Uma vez dividida em classes, a sociedade também fragmentou a educação, antes comunal, partilhada, ligada naturalmente com o mundo por meio do trabalho, do fazer-se humano em seu sentido pleno. Desde então, a educação, sobretudo a escolar, parece encontrar-se à mercê das determinações dessa divisão de classes, passando a ser não um elemento que, somado ao trabalho, humanizam os sujeitos, mas sim como um instrumento a serviços dos processos de produção historicamente definidos pela sociedade de mercado. Constitui-se em linhas gerais uma *educação para o capital*, que constantemente foi convocada a servi-lo pelo trabalho em seu sentido histórico, isto é, apenas como emprego, como meio produção material.

No caso da educação brasileira, o tardio, porém não menos contraditório, processo de industrialização, urbanização e modernização nacional, alicerçado nos ideais da Escola Nova de formação pragmática, tratou de buscar no problema da instrução pública as bases para a construção de um sistema nacional de educação que promovesse a formação da classe trabalhadora alinhada tecnicamente e ideologicamente à sociedade capitalista moderna.

O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932 sedimentou as bases para uma educação pública e gratuita para o povo brasileiro, porém, não se eximiu de tratar o trabalho (expropriado pelo capitalista) como princípio educativo na formação dos jovens brasileiros. A concepção de trabalho presente no Manifesto revela-nos a permanência e o aprofundamento do histórico dualismo educacional brasileiro, marcado pela fragmentação da formação humana em propedêutica e profissionalização.

## Referências

AZEVEDO, F. et al. **Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, v. 122, 2010.

BORGES, L. F. P. Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács. **Revista Educação em Questão**, v. 55, n. 45, p. 101-126, 2017.

CIAVATTA, M. Trabalho como princípio educativo. **Dicionário da educação profissional em saúde**, v. 2, p. 408-415, 2009. Disponível em: [http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/trabalho\\_principioeducativo\\_joel.pdf](http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/trabalho_principioeducativo_joel.pdf). Acessado em: 27 fev. 2021.

ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 3. ed. São Paulo: Global, 1986.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 8. reimpr. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Coletivo Veredas, 2018

MARX; ENGELS. **A ideologia alemã (Feurbach)**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉZAROS, I. **A educação para além do capital**. Boitempo editorial, 2015.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1974.

RIBEIRO, M. L. S. S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 21 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D. et al. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar.** Petrópolis: Vozes, p. 147-164, 1994.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Autores Associados, 2019.

SCHWARTZMAN, S; BOMENY, H. M. B; COSTA, V. M. R. **Tempos de capanema.** 1984.

XAVIER, L. N. O Manifesto dos pioneiros da educação nova como divisor de águas na história da educação brasileira. **Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate.** Rio de Janeiro: FGV, p. 21-38, 2004.

---

<sup>i</sup> **Antonio Wherbty Ribeiro Nogueira**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6040-9164>

Universidade Estadual do Ceará-UECE.

Graduado em História, Letras Espanhol e Pedagogia. Especialista em Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas. Mestrando em educação (MAIE-UECE), pedagogo na Faculdade de Tecnologia CENTEC e professor da Educação Básica no município de Quixeramobim.

Contribuição de autoria: Escrita – Primeira Redação, Investigação, Metodologia, Curadoria de Dados e Conceituação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4854173043674727>

E-mail: [antonio.wherberty@aluno.uece.br](mailto:antonio.wherberty@aluno.uece.br)

<sup>ii</sup> **Edilene Ferreira de Sena**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9329-8835>

Universidade Estadual do Ceará-UECE.

Graduada em Letras Inglês. Especialista em Literatura e Formação do leitor pela UECE e em Gestão escolar: Administração, Supervisão e Orientação pela Faculdade ÚNICA. Mestranda em educação (MAIE/UECE). Atualmente é bolsista FUNCAP.

Contribuição de autoria: Escrita – Revisão e Edição, Análise Formal, Validação e Visualização.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3462492547893509>

E-mail: [edilene.sena@aluno.uece.br](mailto:edilene.sena@aluno.uece.br)

<sup>iii</sup> **Luís Távora Furtado Ribeiro**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1063-4811>

Universidade Federal do Ceará-UFC/ Universidade Estadual do Ceará-UECE.

Pós-doutor pela École de Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Professor titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, atuando na graduação e pós-graduação. Professor colaborador do mestrado intercâmpis FECLESC/FAFIDAM (MAIE).

Contribuição de autoria: Supervisão, Escrita – Revisão e Edição, Curadoria de Dados, Análise Formal, Validação e Visualização.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6368042791230986>

E-mail: [luistavora@uol.com.br](mailto:luistavora@uol.com.br)

**Editora responsável:** Karla Colares Vasconcelos

**Como citar este artigo (ABNT):**

---

Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 1-12, 2021

<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/>

ISSN: 2675-9144



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) Atribuição 4.0 Internacional.

---

NOGUEIRA, Antonio Werbty Ribeiro; SENA, Edilene Ferreira; RIBEIRO, Luís Távora Furtado. Educação e trabalho: Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932). **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 2, 2021.